
Dossiê

APROPRIAÇÃO DO HABITAT DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL¹

Amadja Henrique Borges

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Cecília Marilaine Rego de Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Márcia Silva de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Sarah de Andrade e Andrade

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

Este artigo aborda a participação de arquitetos e urbanistas na assessoria aos movimentos sociais do campo, especificamente em assentamentos rurais chamados de “Reforma Agrária”, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, tem como principal objetivo refletir acerca dos principais limites e possibilidades de parcela desta categoria profissional, da concepção do espaço construído até o seu compromisso social. Trata dos métodos utilizados na produção coletiva da habitação social, por meio da troca de saberes científicos e tradicionais, de forma que lideranças e bases do Movimento se apropriem de seus habitats, concebidos e construídos a partir de parâmetros técnicos baseados na sua organização política e cultural, e desenvolvidos com sua participação. A experiência apresentada é a do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH), cuja parceria com o MST – e em alguns momentos com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – remonta a 1994. Tem como principais referências teórico-metodológicas o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre e os educadores brasileiros Paulo Freire e Carlos Brandão. Como campo empírico, atua, sobretudo, junto aos assentamentos do estado do Rio Grande do Norte (RN), Brasil.

Palavras-Chave: Habitat social; Apropriação; Reforma agrária; Assentamentos rurais; Assessoria.

HABITAT APPROPRIATION IN RURAL SETTLEMENTS IN BRAZIL

ABSTRACT

This article discusses the participation of architects and urban planners in advising rural social movements, specifically in rural settlements made by “Land Reform”, linked to the Movimento

¹ Texto originalmente publicado nos anais da I Conferência Latino-Americana e Européia sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis, 2015, Guimarães. Revisado e aprofundado para esta submissão.

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Refers to the methods used in the collective production of social housing, through the exchange of scientific and traditional knowledge, so that Movement leaders and bases own their habitats, designed and built with their participation, from technical parameters based on their political and cultural organization. The experience presented belongs to Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH), whose partnership with MST - and at times with the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – date 1994. The main theoretical and methodological references are the French philosopher and sociologist Henri Lefebvre, and the Brazilian educators Paulo Freire and Carlos Brandão. As empirical field, operates, especially, along the settlements' habitats of Rio Grande do Norte, Brazil. It presents the methodological paths to the training of manager movements in the pursuit of their self-management; the purpose of this study is to reflect about the main limits and possibilities for architects and urban planners in professional practice, in partnership with innovative social movements, specifically rural ones.

Keywords: Social habitat; Appropriation; Land reform; Rural settlements; Technical assistance.

Introdução

A luta pela terra no Brasil tem como marco o movimento pró-constituente que conquistou o direito à desapropriação das terras que não cumprem sua função social (Art. 186 – Constituição de 1988). Após muitas lutas e, apesar da força antagônica dos grandes proprietários de terras e seus aliados, as organizações populares lideradas, sobretudo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, conquistam terras para produzir e viver. Nesse sentido, este trabalho discute a questão do projeto e construção do habitat em assentamentos rurais coordenados pelo MST e geridos pelo Governo Federal, através do INCRA e, a partir de 2003, com o financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF). Para tanto, procura entender os limites e possibilidades de apropriação do habitat pelos assentados do MST e o papel da assessoria técnica de professores e pesquisadores arquitetos e urbanistas do GERAH, vinculado ao Departamento de Arquitetura, articulados com outros grupos de Ciências Sociais, Educação, Biblioteconomia e Engenharia, todos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

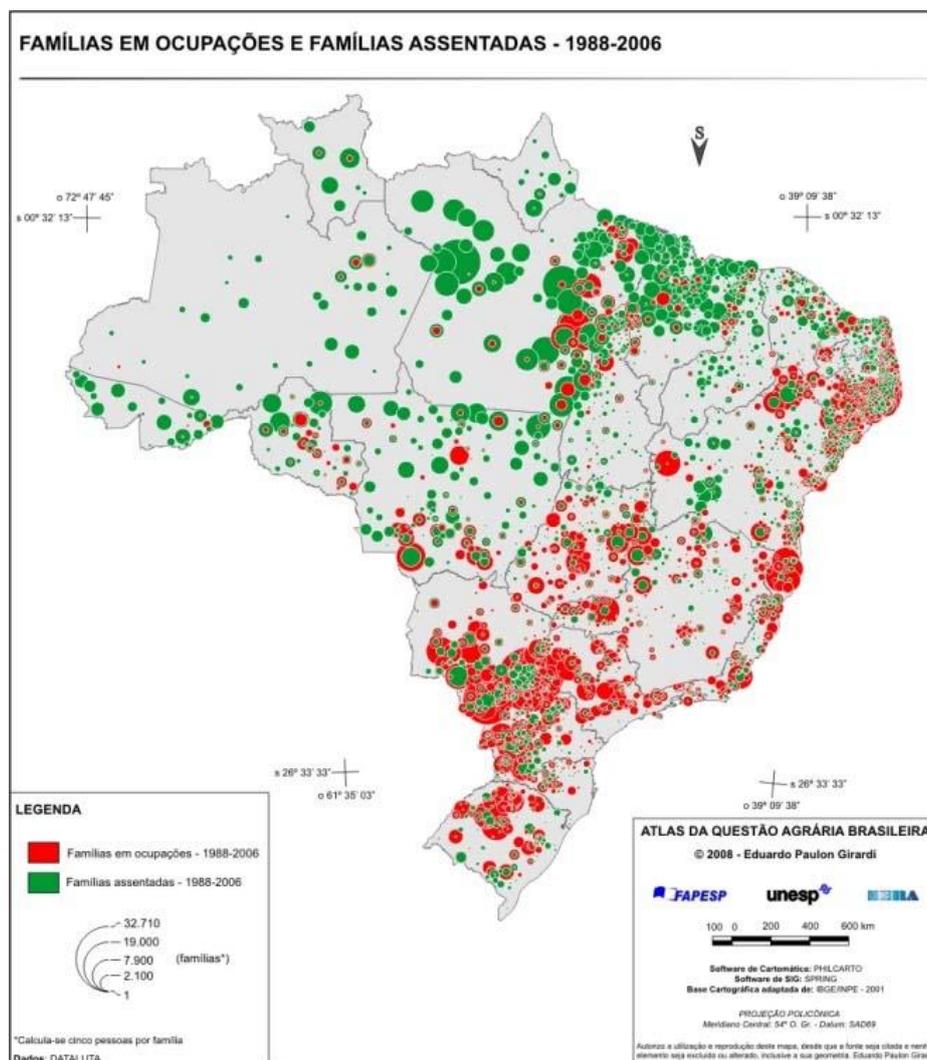
Através da experiência aqui discutida, apresenta-se os caminhos metodológicos percorridos pelo Grupo e pelo MST na produção de seu habitat, baseados da troca de saberes científicos e tradicionais, expressos na participação do Movimento – lideranças e bases – na concepção e construção coletiva dos habitats, a partir de sua organização política e cultura socioambiental. Sua concepção teórico-metodológica e sua prática partem da ótica do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre e dos educadores brasileiros Paulo Freire e Carlos Brandão.

Tendo como campo temático a habitação social e a apropriação dos habitats dos assentamentos rurais por seus habitantes e sua coordenação política, este trabalho pressupõe

Apropriação do habitat da reforma agrária no Brasil

que o processo de Reforma Agrária continua em construção no Brasil. Este é resultado de embates cotidianos para a superação dos entraves históricos da luta de classes, destacando-se os conflitos entre os direitos contraditórios à propriedade e o seu uso social. Aprovada na Constituição de 1988, a partir de uma proposta de emenda popular de cerca de 1,7 milhões de assinaturas, os ganhos obtidos são conquistas do movimento organizado e articulado no campo e na cidade. Este toma novos rumos com a territorialização crescente do MST (Figura 01), criado oficialmente em 1984, mas concentrado no sul e no sudeste do país.

Figura 01: Espacialização das famílias em ocupações e das famílias em assentamentos no Brasil (1988-2006).



Fonte: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/mapas/assentamentos/analiticos/fam_ocupa_assent_1988-2006_b.jpg.
Acesso em: 01/11/2016.

Dentre suas novas práticas destacam-se a organização dos acampamentos em mutirão, a busca por apropriação de novos saberes, como na educação e no desenvolvimento agrário, e

a abertura para novas articulações “entre trabalhadores do campo e da cidade” (palavras de ordem em suas manifestações e discursos). Nesse contexto, em 1994, cerca de um ano após sua chegada ao RN, professores de arquitetura e urbanismo se engajam na implantação de seus habitats no Pré-assentamento Zabelê, com 320 famílias.

A partir de 2001, o GERAH continua, de forma sistemática, as ações já iniciadas por alguns professores e estudantes seis anos antes, desenvolvendo seu método “o desenho do possível” (BORGES, 2002) a partir de três linhas de ação: 1. O conhecimento do momento presente do grupo social envolvido com o objeto de pesquisa-ação, buscando elementos do passado que possam contribuir para a sua compreensão (método regressivo-progressivo, criado por Marx e desenvolvido por Lefebvre, no que se refere à produção do espaço); 2. A utilização de categorias evidenciadas por este último para análise da vida cotidiana e da relação apropriação/dominação na visão de mundo do grupo envolvido, tais como: ordem próxima/ordem distante, habitat/habitar, vivido/percebido/concebido; 3. A relação entre teoria e prática na assessoria ao MST, quanto a: necessidade de conhecimento técnico-científico sobre o habitat; a interpretação da troca de saberes e do planejamento participativo na elaboração de seus projetos; e ao acompanhamento das suas obras, desenvolvendo um sistema de mutirão assessorado para seus assentamentos.

Considerando que a concepção criativa só tem sentido se a obra é apropriada por seus usuários e também a contundência das críticas de Lefebvre a projetos de arquitetura e urbanismo, o item *Apropriação do Habitat: o que aconteceu com as expectativas de Henri Lefebvre?* Apresenta uma síntese da atuação dos arquitetos urbanistas na segunda metade do século XX. Tem como base as políticas do habitat social na França e as críticas de Henri Lefebvre quanto ao descolamento entre o habitat concebido e a percepção de seu público-alvo. Faz, também, um rápido paralelo com a política da habitação social no Brasil, totalidades e especificidades de uma realidade conhecida e/ou vivida pelos profissionais que hoje atuam em assessorias técnicas aos movimentos sociais, em arquitetura e urbanismo.

Em *Da busca da autogestão na construção do habitat do campo* delinea-se os caminhos percorridos para contribuir com a autogestão na concepção e na construção do habitat em assentamentos coordenados pelo MST no estado do RN. A partir daí inicia-se um processo de reflexão sobre os limites e possibilidades vivenciadas pelo GERAH, apresentando como objetivo a apropriação do saber específico do arquiteto e urbanista no processo metodológico e de criação coletiva dos espaços de conquista do movimento social no meio rural.

Apropriação do habitat da reforma agrária no Brasil

A apropriação do habitat: o que aconteceu com as expectativas de Henri Lefebvre?

Diante da *necessidade* de respostas rápidas e das imposições governamentais, destinadas à produção em série e aos grandes empreendimentos, os parques de habitação social do pós-grandes guerras têm em comum a priorização da quantidade de famílias atendidas, a utilização de novas técnicas reproduzidas em grandes escalas e/ou experiências arquitetônicas e urbanísticas de origens utópicas. No entanto, na sua concepção, não é previsto o atendimento aos interesses e percepção dos próprios cidadãos que passam a viver nessas formas padronizadas de habitats. Cabe aos profissionais envolvidos, sobretudo aos planejadores urbanos e regionais, arquitetos e urbanistas, atender às demandas governamentais a partir de suas próprias convicções. Atribui-se, assim, ao espaço e ao profissional que o concebe, o papel de mudar costumes, relações sociais e qualidade de vida. De parcela significativa e de maior visibilidade destes, há o encantamento com as possibilidades de realizar suas próprias utopias. Firma-se um consenso que privilegia novas formas de morar, adaptando a tecnologia ao desenho, à arte e à paisagem. Esta é a realidade na maioria dos países capitalistas e do chamado ‘socialismo real’ de meados do século XX, destacando-se a postura de Le Corbusier e seus seguidores, sua máquina de morar, seus grandes conjuntos habitacionais e cidades novas, o encontro da arte com a tecnologia e, na Europa, os programas de habitação destinados à locação social.

Na França, a produção de habitação em locação social é realizada, sobretudo, entre 1960 e 1980. A partir de então, o Estado diminui sua oferta, estimulando e financiando a compra da casa própria e a produção no mercado privado. Ao analisar a realidade de seu país naquele momento, Lefebvre já denunciava o distanciamento entre a concepção dos grandes conjuntos destinados principalmente à classe operária e seus hábitos, expectativas e sua vida cotidiana. Com a continuidade desta produção em massa, crescem as críticas de Lefebvre e de seus seguidores, especialmente de sociólogos e geógrafos franceses (Lefebvre, no prelo; Haumont, 2001). No século XXI, os equívocos da política de acompanhamento social dessas ocupações contribuem, também, para a responsabilização, por quase todos os problemas e conflitos sociais existentes em seu interior, dos profissionais envolvidos em sua concepção. Aos poucos os grandes conjuntos, ícones do passado, não atendem mais àquele momento. A partir de 2007,

cerca de 13.000 deles passam a ser destruídos por ano². Quando substituídos, o são por construções menores, atendendo a pequenos grupos de famílias.

Quanto à política de habitação social relativa ao mundo rural, com a urbanização inerente à centralização do poder no estado moderno, a consolidação da industrialização e à mecanização da agricultura, não há interesse, na maioria dos países, em sua produção.

No Brasil, o século XX é marcado por um grande envolvimento dos arquitetos e urbanistas com as novas concepções europeias dos pós-guerras. Destacam-se Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, que nos anos 1950 concebem a Capital do País, baseada nos princípios de criatividade da Carta de Atenas e das utopias disseminadas pelo mundo ocidental. Quanto à sua política habitacional de grande envergadura, destaca-se a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964, como o momento que define a ordem concebida pela Ditadura Militar (1964-1983)³ na política de acesso à habitação através da aquisição da casa própria. Mesmo com a extinção do Banco em 1986, perdura até os nossos dias a política de incentivo à propriedade, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), instituído em 2009, quando o Estado retoma a produção de habitação em massa localizada, sobretudo, em áreas periféricas e com acesso através da compra subsidiada. Em todos os momentos essas políticas não consideram a vida cotidiana dos usuários, suas necessidades, sonhos e desejos, apesar de muitas avaliações e críticas dos arquitetos e urbanistas e de outros profissionais comprometidos com a habitação social.

Com a Lei de Assessoria Técnica (LATHIS) nº 11.888/2008 – de autoria do deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, arquiteto e urbanista José Eduardo Vieira Ribeiro, conhecido como Zezéu – é assegurada às famílias de menor poder aquisitivo a assessoria técnica gratuita para habitação social, havendo avanço das possibilidades de apropriação do saber, da decisão e das escolhas referentes à habitação. Apesar de ainda pouco apropriada pelos movimentos de moradia, a Lei é fruto de amplo debate e iniciativa de arquitetos e urbanistas brasileiros envolvidos com entidades de sua categoria, liderados pela Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA) que, como o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, prioriza os interesses das classes dominadas unindo a teoria, a prática e o engajamento político do profissional.

² Ver 1. Lefebvre, Jean-Pierre (2007); 2. Houard, Noémie (2009); e 2. Marc Bertier&Hervé Marchal&Jean-Marc Stébé, *La patrimonialisation contre la ségrégation: le cas des grands ensembles français*, Métropolitiques, 16 mai 2014. Disponível em: <http://www.metropolitiques.eu/La-patrimonialisation-contre-la.html>. Acesso: 07/11/2014.

³Ver Cintra, Antônio Octávio e HADDAD, Paulo R. (org.). Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil. SP: Zahar, 1977.

Apropriação do habitat da reforma agrária no Brasil

Da busca da autogestão na construção do habitat do meio rural

O GERAH, além de assessorar o MST, trabalha na formação de profissionais para que possam atuar na assessoria técnica a movimentos sociais, sobretudo os do campo. Relaciona o ensino na graduação e pós-graduação à pesquisa e à extensão, estudando os habitats do campo, associando o conhecimento tecnológico ao filosófico e social. Nesse sentido, suas ações dizem respeito ao planejamento físico-ambiental de assentamentos, à implantação de seus habitats – compreendidos enquanto espaços onde predominam a moradia, a educação e a vida cotidiana do coletivo ali sediado – bem como a elaboração compartilhada de projetos e a gestão da construção das moradias e/ou de seus espaços livres públicos em processos de mutirão assistido (Figura 02).

Figura 02: (a) Casa do assentamento Maria da Paz, João Câmara/RN, 2005; (b) Mutirão de confecção de adobes no Centro de Formação e Capacitação do MST no RN, 2008; (c) Praça do Assentamento Rosário, Ceará Mirim/RN, 2013.



Fonte: GERAH, 2005, 2008 e 2013.

A proposta metodológica do Grupo pressupõe que a configuração espacial do habitat interfere na vida cotidiana de seus moradores, em suas relações familiares, de vizinhança, suas vinculações com o trabalho, seus acessos à infraestrutura social, suas condições de vida e seu envolvimento nas estruturas organizacionais do Movimento (BORGES, 2002 e Figura 03).

A parceria GERAH-MST contempla a participação dos dirigentes e bases daquele Movimento no processo de construção de seus habitats, entendendo que seu engajamento proporciona a troca de saberes e decisões. Com a crescente demanda de suas bases a questão da moradia aumenta sua visibilidade para o Movimento, ainda que seja tratada de forma secundária por suas lideranças.

Figura 03: (a) Acampamento do MST numa propriedade privada em João Câmara/RN, 1998; (b) Acampamento do MST em Itaberá/SP, 2000; (c) Acampamento Maria da Paz, João Câmara/RN, 2001.



Fonte: GERAH, 1998, 2000 e 2001.

Quanto à concepção do projeto da moradia, o Estado utiliza um projeto padrão para todo o país (Figura 04), não respeitando as especificidades das condições locais nem os hábitos e as necessidades das famílias contempladas.

Figura 04: (a) Casa padrão do INCRA no Assentamento Santa Vitória/RN, 1999; (b) Casa padrão do INCRA no Assentamento Zabelê/RN; (c) Casa padrão do INCRA no assentamento Xoá/RN.



Fonte: BORGES, 2002.

As casas padrão do INCRA desses assentamentos, até o os governos de Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil entre 1994 e 2002), são construídas de duas maneiras: através de construtoras contratadas pelos assentados/INCRA e por meio da autoconstrução ou mutirão organizados por movimentos sociais ou assessorias, fiscalizados pelo INCRA. Nestes casos, o processo construtivo fica a encargo de quem, no local, tem mais conhecimento construtivo prático, ficando a execução de cada casa sob a responsabilidade de seus moradores, do Movimento ou de pedreiros, quando contratados individualmente ou coletivamente.

O acompanhamento realizado pelo INCRA também é precário durante o período de sua coordenação, devido à falta de estrutura administrativa e técnicos especializados para este tipo de tarefa. Portanto, o MST começa, em 2000, a luta para desvincular a construção de seus assentamentos da tradicional contratação de construtoras empreiteiras, devido à “má qualidade de suas obras, dominadas pela lógica do lucro e da falta de controle dos moradores sobre as

Apropriação do habitat da reforma agrária no Brasil

mesmas” (conforme avalia dirigente regional do MST em entrevista aos integrantes do GERAH e visitantes ao Assentamento Rural Rosário/RN em maio de 2013). Nesse sentido, o Movimento apresenta lucidez no diagnóstico das dificuldades nas obras entregues às construtoras e empreiteiras, e sua atuação amadurece em contato com colaborações de diversas partes do país, rumo à apropriação dos procedimentos específicos à questão habitacional, distante de suas prioridades enquanto movimento rural.

Entre 2002 e 2004, evidenciando parte da apropriação do movimento local, realizam-se em alguns assentamentos no RN processos de construção autogeridos sem assistência técnica. Estas experiências, juntamente com a parceria que acontece, em seguida, com o GERAH, contribuíram para a desvinculação das construtoras e empreiteiras nos assentamentos no estado.

Com a concepção e a construção em mutirão do Assentamento Maria da Paz, conduzidas pelo referido grupo, em parceria com o Movimento e o INCRA, inicia-se a concepção do método de intervenção “O Desenho do Possível” (BORGES, 2006), delineando o trabalho de planejamento para assentamentos de habitat concentrado, coordenados pelo MST especialmente no Nordeste, contribuindo com a inserção do arquiteto e urbanista no meio rural.

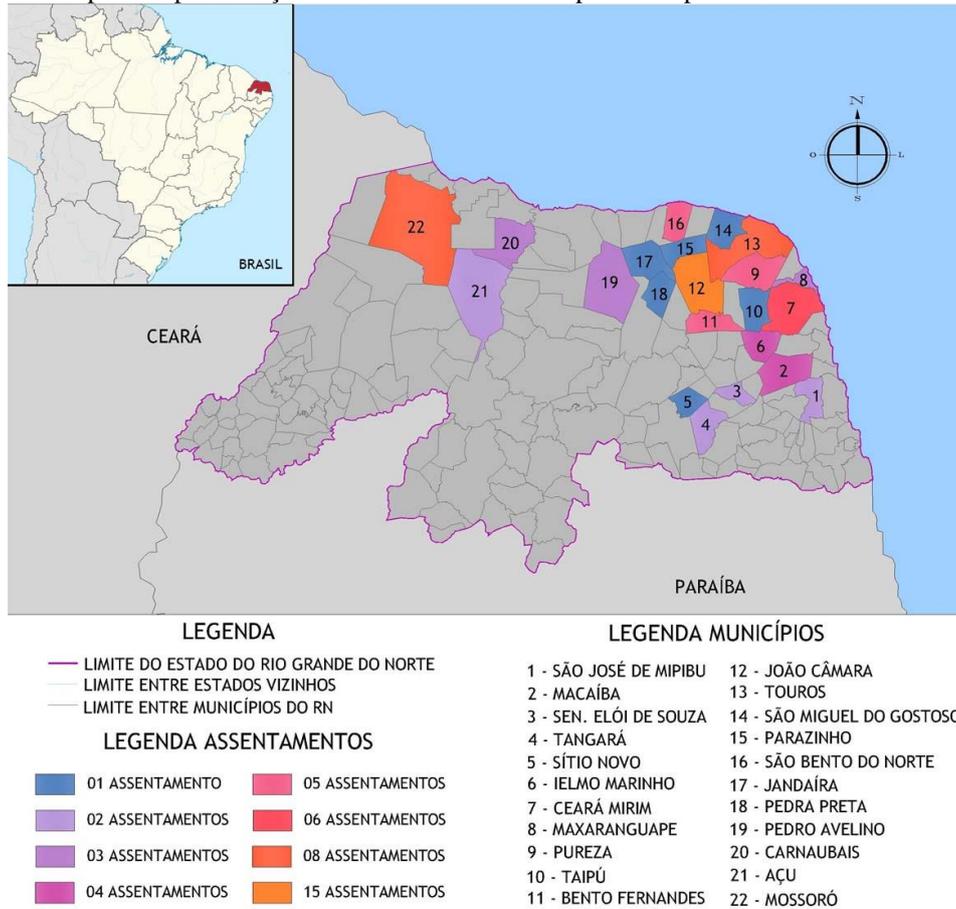
Figura 05: Processos construtivos em mutirões assistidos pelo GERAH: (a) Almojarifado do Mutirão de reforma das moradias do Assentamento Rosário, 2009; (b) Mutirão de construção de moradias do Assentamento Roseli Nunes, 2009; (c) Mutirão de construção das moradias do Assentamento Maria da Paz, 2004.



Fonte: GERAH, 2009, 2009 e 2004.

Por sua vez, as ações da assessoria do GERAH ao MST, partem de experiências específicas, diante do grande número de assentamentos rurais no Estado (Figura 06) e criam parâmetros para os projetos e processos de construção do habitat social no meio rural (Figura 07).

Figura 06: Mapa de espacialização dos assentamentos acompanhados pelo MST no RN no ano de 2012.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do INCRA (2012) e do MST (2013).

Figura 07: Moradias construídas em regime de mutirão assistido pelo GERAH: (a) Casa no Assentamento Maria da Paz; (b) Casa no Assentamento Roseli Nunes; (c) Casa no Assentamento Bernardo Marim.



Fonte: GERAH, 2005 e 2009.

Sua intervenção junto ao Movimento compartilha saberes que vão, gradativamente, sendo apropriados. Da autogestão assessorada à autogestão empreendida pelo MST no RN ainda existem desafios técnicos a serem superados. Como exemplo, pode-se observar que o MST só passa a reivindicar a efetiva aplicação da LATHIS em 2012, anos depois de outros

Apropriação do habitat da reforma agrária no Brasil

movimentos rurais e quatro anos após a aprovação da referida lei. Isto, apesar do amplo debate promovido pelo GERAH sobre a importância da sua utilização para a efetivação da assistência técnica gratuita e de qualidade nas construções de seus habitats. Este fato demonstra a dificuldade que os movimentos ainda têm de se apropriar dos ganhos que esta lei pode trazer e, ao reivindicá-la, ainda não está claro se a incorpora em suas necessidades ou se a utiliza, somente, como ferramenta de acesso a financiamentos da CEF e aumento dos recursos de suas moradias.

A partir de 2009, o MST sofre perdas no seu quadro de militantes pela orquestração de denúncias e tentativas de sua criminalização por seus oponentes ideológicos. Estas perdas dificultam as condições de acompanhar e dirigir suas áreas. No RN, a assessoria do GERAH necessita adaptar-se à nova realidade e, procurando minimizar os impactos da desestruturação nas práticas em andamento, lança mão de estratégias para potencializar os reduzidos recursos destinados ao financiamento dos projetos e à construção dos sonhos dos assentados. O acompanhamento desse processo pelo Movimento é suprido pelos recursos dos projetos de pesquisa e extensão universitária.

Este esforço conjunto permite a continuidade do Movimento na organização e orientação dos grupos e na coordenação de assembleias até o ano de 2012, quando devido ao prolongamento de algumas experiências com a CEF, há também a diminuição da participação da mesma no cotidiano dos mutirões assessorados. A mudança altera a relação entre os agentes envolvidos, minimizando sua influência nos locais assessorados, onde surgem novas lideranças, desequilibrando, assim, o trabalho em parceria que se fundamenta na organicidade do Movimento.

Em 2006, o GERAH assume a coordenação da articulação entre aqueles que discutem a questão da habitação social em conjunto com o MST, promovendo o “I Colóquio Habitat e Cidadania: habitação de interesse social no campo” (Centro Patativa do Assaré, Ceará Mirim/RN e Figura 08a). Em 2011 o Grupo repassa a coordenação do II Colóquio (Universidade de São Paulo, campus São Carlos/SP e Figura 08b) ao HABIS (Grupo de pesquisa em Habitação e Sustentabilidade - IAU - USP/UFSCar). Ao final deste, cria-se uma articulação de coordenação formada entre HABIS, GERAH e Usina (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado) até a terceira edição do Colóquio em 2015 (Universidade de Brasília e Figura 08c) quando se soma à equipe o Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável (CASAS).

Em conjunto, os eventos discutem, essencialmente, a importância de atualizar e aprofundar o debate sobre o problema habitacional rural, nas águas e na floresta, delineando encaminhamentos e possibilidades para o enfrentamento da questão. Consideram as necessidades dessas formas de habitat rural, contemplando os interesses das comunidades, que debatem e defendem sua visão de mundo.

Figura 08: (a) Mística de militantes do MST durante o I Colóquio Habitat e Cidadania: habitação de interesse social no campo; (b) Finalização dos trabalhos no II Colóquio Habitat e Cidadania: habitação de interesse social no campo (c) Grupo de discussão do III Colóquio Habitat e Cidadania: habitação de interesse social no campo, nas águas e na floresta.



Fonte: GERAH, 2006, 2011 e 2015.

Esses eventos têm visibilidade nacional: logo após o I Colóquio realizou-se a Oficina do Habitat do Campo, promovida pelo INCRA Nacional em 2007 com a colaboração do GERAH. O evento avalia, propõe e torna visível a política para o habitat do campo, representando marco temporal de sua alteração. Até 2007, por exemplo, a política habitacional para os assentamentos do campo, de responsabilidade do INCRA, resumia-se ao recurso do Crédito Instalação na modalidade “aquisição de material de construção”. Já no início do Governo Lula (presidente do Brasil entre 2003 e 2010) a CEF financia experiências de moradia em todo o Brasil, inclusive no RN, onde são contemplados dois assentamentos do MST assessorados pelo GERAH, através do Programa Carta de Crédito Rural/FGTS, na modalidade Construção de Unidades Habitacionais Coletivas.

Após o II Colóquio, além do fortalecimento das articulações entre movimentos, entidades parceiras e assessorias técnicas, conforma-se um abaixo assinado que denuncia a diferença de tratamento entre as políticas de habitação social para o meio rural e para o meio urbano, com privilégio de recursos para este último. Como consequência, o Governo Federal, no período da gestão da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), anuncia a desvinculação dos projetos e da construção das moradias do INCRA, vinculando-as às entidades gestoras diretamente financiadas pela CEF – apesar dos recursos destinados à habitação social rural

Apropriação do habitat da reforma agrária no Brasil

continuarem sendo menores. A partir de 2015, o Governo anuncia a vinculação dos programas de habitação social dos assentamentos rurais ao PMCMV, dificultando a utilização da metodologia “O desenho do possível” e assessoria aos mutirões de movimentos sociais, uma vez que as características daquele programa estimulam, principalmente, a construção de moradias – tanto no meio urbano quanto no rural – por empresas privadas.

No mesmo ano ocorre o III Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo, nas Águas e na Floresta, que incorpora a participação e as necessidades específicas de outras comunidades, tais como as extrativistas, indígenas, pescadoras e quilombolas. Neste evento se evidenciam os conflitos entre as entidades parceiras e os movimentos sociais, alguns dos quais não expressam suas críticas às políticas vigentes, priorizando o número de unidades habitacionais a serem financiadas. Outros, como as lideranças de duas tribos indígenas, demonstram claramente o antagonismo entre a moradia concebida através do PMCMV, e às necessidades da vida cotidiana de suas tribos, rejeitando sua participação no Programa.

Atualmente, percebe-se que o Movimento alcança a autogestão na produção de sua habitação social a partir da apropriação dos conhecimentos técnicos adquiridos em colaboração com os poucos grupos de assessoria técnica universitária e de organizações não governamentais (Figura 09).

Figura 09: (a) Apresentação da maquete da moradia do Assentamento Maria da Paz/RN pelos próprios assentados; (b) Assembleia para planejamento do mutirão no Assentamento Roseli Nunes; (c) Apropriação das técnicas de construção de brinquedos no Assentamento Rosário/RN.



Fonte: GERAH, 2005 e 2009, 2014.

Neste processo, muitas de suas escolhas divergem politicamente daquelas construídas coletivamente e a produção do habitat hoje defendida pela maioria dos movimentos, contempla parcialmente o vivido de suas comunidades, retornando à construção através de empreiteiras e projetos padrões. Para seus dirigentes e bases, a prioridade percebida é o acesso da maioria de suas famílias à sua habitação, considerando que boa parte delas se encontra acampada sob tetos de plástico e palha e sobre terra batida. Essa constatação nos faz refletir sobre o limite da

atuação dos agentes comprometidos com a transformação, estejam eles entre as lideranças dos movimentos ou de suas entidades parceiras.

Conclusão

O MST, enquanto movimento social de luta pela Reforma Agrária no Brasil, representa uma das maiores forças populares que já enfrentaram as profundas desigualdades de acesso à terra, ao trabalho e à renda, como expressão de um direito e de uma necessidade. A sua luta pela Reforma Agrária remete, também, ao estudo dos diversos movimentos sociais do passado na busca de assimilação de suas táticas e estratégias, assim como na superação de suas limitações. Ao planejar suas ocupações e articulações com os demais movimentos sociais, introduz formas novas de lutas, entre as quais, o reconhecimento da importância do concebido para enfrentar a ordem estabelecida. Nesta lógica, leva o saber às suas bases, como forma de atingir a transformação ou o que dela seja possível.

A produção do habitat da Reforma Agrária no Brasil traduz-se, nesse contexto, como uma apropriação lenta e gradativa. Se, por um lado, os movimentos sociais do campo lutam para que seus assentados atinjam os mesmos direitos à moradia que os militantes das cidades, por outro ainda são vítimas de maiores conflitos na relação dialética dos espaços vividos, percebidos e concebidos nas áreas rurais, pois nestas faltam políticos, profissionais e militantes que compreendam os interesses e necessidades específicos do habitar, militar e produzir, relacionando suas especificidades e totalidades.

As assessorias técnicas no âmbito do habitat e do processo construtivo na autogestão precisam se colocar como mais um agente deste processo, contribuindo para a reflexão acerca do habitat social rural, intermediando possibilidades e entraves à apropriação criativa do espaço como símbolo do morar, do viver, do habitar. As possibilidades de contribuir com o Movimento, no entanto, têm seus impasses e limites. Ao mesmo tempo que seus assentados buscam mudanças em sua vida cotidiana para que avancem nos confrontos com a ordem estabelecida, são frutos de grupos sociais diferenciados, cujas culturas políticas e, muitas vezes, tradicionais podem estar em constantes conflitos. Por sua vez, os agentes que atuam em suas assessorias, nem sempre pertencem às mesmas correntes ideológicas e, também, sofrem contradições semelhantes. Para ambos, movimentos e assessorias/parcerias, as possibilidades de mudança se confrontam com suas próprias experiências vividas, sejam eles lideranças ou bases. Seus habitats, para serem apropriados, necessitam de contemplar singularidades que

Apropriação do habitat da reforma agrária no Brasil

expressam a troca inesgotável de experiências e saberes, assim como a cumplicidade entre parceiros e a busca constante de respeito por suas identidades e alteridades.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas, em conjunto, podem resgatar elementos do vivido na construção do habitar, apontando para a apropriação como possibilidade real de transformação e superação de uma dada realidade. Esta se ampara na necessidade de resgate da história do indivíduo, através da valorização de traços e símbolos de sua cultura, que se produz e se torna visível na construção do trabalho coletivo. Estes traços e símbolos, por sua vez, tornam-se expressões de direitos, nas dimensões política e humana, que se colocam e se afirmam no direito à terra e à vida digna. Afinal, consideramos, como Lefebvre, que o habitar é parte fundamental da condição humana.

Nesta perspectiva, a dinâmica de dominação na sociedade atual representa as próprias contradições inerentes ao modo de produção capitalista, seus mecanismos e estratégias de reprodução, que interferem na produção do espaço. Esta se realiza em um processo desigual e excludente, permeado de ideologias e mecanismos de alienação e manutenção do *status quo* que, por sua vez, se mantém em nível de cotidiano, seja na cidade, no campo, nas águas ou nas florestas. Assim sendo, a apropriação se traduz em possibilidade de contraponto e de superação da dominação, posta na essência desta realidade contraditória e conflituosa. As assessorias têm o papel de contribuir com os movimentos em seus embates com o poder estabelecido, no que se refere a seu saber específico. Por outro lado, mesmo entre movimentos e assessorias, bases e lideranças, em algumas situações escapolem relações de dominação e/ou resistência. Surgem, ao mesmo tempo ou em situações diversas, possibilidades de consenso, solidariedade. Essas contradições, por sua vez, devem ser permeadas de responsabilidade política que remetem à apropriação e à autonomia dos parceiros.

Nesse sentido, o GERAH, ao participar da construção coletiva do habitat do campo, busca superar os limites de uma realidade de conflitos e reforçar a possibilidade de um contraponto e de uma resposta a esta realidade no Brasil. Nessa caminhada, o vivido, o percebido e o concebido (LEFEBVRE, 2000) se entrelaçam, constituindo uma relação de conflitos e, ao mesmo tempo, de possibilidades de concretização de uma apropriação criativa, como indicação de um exercício de cidadania e de emancipação política.

Referências

BORGES, Amadja Henrique. **MST habitats em movimento: tipologias dos habitats dos assentamentos originários do MST nos estados de SP e RN.** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.

_____. O desenho do possível: A UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária. In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. (Org.). **Metodologia do trabalho social: a experiência da extensão universitária.** Natal: EDUFRN, 1ª ed, v. 1, 2006.

_____. (Coord.). **O verso do reverso na construção do habitat do campo: gênero participação e cidadania.** Relatório de programa extensão. Pró-Reitoria de extensão. UFRN, Natal, 2003.

_____. **Necessidades, expectativas e sonhos no desenho do possível:** proposta metodológica de organização do espaço físico-territorial dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Projeto de Pesquisa. Pró-reitoria de pesquisa. UFRN, Natal, 2005.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de. **A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

CINTRA, Antônio Octávio e Haddad, Paulo R. (Orgs.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil.** São Paulo: Zahar, 1977.

FOURCAUT, Annie; VOLDMAN, Danièle. **Les crises du logement en Europe au XXe. siècle.** Paris: La Découverte, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIRARD, A.,STOETZEL, J. **Désirs des Français en matière d’habitation urbaine.** INED, Cahier 3. Paris: PUF, 1947.

TERRIN, Jean-Jacques. **Le projet du projet: Concevoir la ville contemporaine.** Paris: Parenthèses, 2011.

HAUMONT, Nicole. **Les pavillonnaires: etude psychologique d’un mode d’habitat.** Paris: L’Hamarttan, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Do rural ao urbano.** Tradução: BORGES *et al.* Natal: EDUFRN (no prelo).

_____. **Critique de la vie quotidienne I.** Paris: L’Arche Éditeur, 1947.

_____. **Critique de la vie quotidienne II.** Paris: L’Arche Éditeur, 1961.

_____. **Critique de la vie quotidienne III.** Paris: L’Arche Éditeur, 1981.

Apropriação do habitat da reforma agrária no Brasil

_____. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. **La production de l'Espace.** Paris: Anthropos, 2000 [1974].

_____. **Faut-il brûler les HLM?** Paris: L'Harmattan, 2007.

MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego de. **Mutirão x Organicidade:** reflexões sobre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN. Dissertação de mestrado. UFRN, 2013.

_____. **Arquitetura da terra e a transformação das referências de morada do MST.** Trabalho Final de Graduação. UFRN. 2009.

LEYVAL, David. **La banlieue, l'épreuve de l'utopie.** Paris: Publibook, 2009.

OLIVEIRA, Cinthia Soares de. **Henri Lefebvre e as possibilidades teórico-metodológicas para arquitetura e urbanismo.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

RAYMOND, Henri. **Paroles d'habitants:** une méthode d'analyse. Paris, L'Harmattan, 2001.

SOARES, Vivianne G. M. **A construção de um habitat rural: Gestão e Projeto do Assentamento Resistência Potiguar I.** Trabalho Final de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.